

HISTÓRIAS NÃO CONTADAS OU, POR QUE ESQUECER O PASSADO? (RE) EXISTÊNCIAS TRANS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ NA DÉCADA DE 1990.

RAFAEL FRANÇA GONÇALVES DOS SANTOS¹

Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

rafael.fgs@hotmail.com

Introdução

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior defende a necessidade de produzirmos uma história que seja capaz de olhar para baixo, para “os seres que na sociedade são chutados como lata”. Aceitando essa provocação-convite, volto meu olhar e atenção para sujeitos e subjetividades “que se enchem de silicone, batom e fantasia para aguentar a barra de amar diferente; que adoecem de amar por não terem aprendido; (...); que se prostituem nas praças e nas ruas (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 95).

Pois esse é o fio condutor desse texto que toma as experiências trans para além do já dito, buscando superar, mas sem desconsiderar, as históricas associações com a prostituição, as afetações pela epidemia do HIV-Aids e as formas de articulação de resistência e criação de modos de vida. Para circunscrever o tempo e espaço tomo como foco a cidade de Campos dos Goytacazes, localizada no interior do estado do Rio de Janeiro e estabeleço o recorte temporal da década de 1990. Esse período justifica-se por ter sido a época em que o HIV-Aids atingiu a dimensão de uma epidemia global, afetando a vida cotidiana principalmente de gays e travestis. Atento aos impactos da epidemia, considerando-os como uma ressonância e repercussão que demandou respostas locais, destaco e problematizo a emergência de diversos eventos na cidade pesquisada, como o Fórum dos Sexualmente Discriminados, ocorrido em 1996 e 1997, que colocou em cena as subjetividades travestis e gays, em um jogo que mistura as narrativas sobre os sexos, os gêneros e as sexualidades. Esses sujeitos foram intimados à cena pública para prestar contas de si, do seu corpo, do seu gênero e de sua sexualidade. As travestis, forjadas a partir da narrativa da prostituição, foram interpeladas, a partir de

¹ Professor de História da Educação Básica SMECE/Campos dos Goytacazes e Superior UEMG/Unidade de Carangola. E-mail: rafael.fgs@hotmail.com

uma articulação entre o Estado e o movimento social, com a proposta de uma “carteira de trabalho”: técnica biopolítica de controle e gestão da vida, reconhecimento de direitos, resposta à epidemia ou controle dos corpos por meio da sexualidade? Na busca de respostas a tais questões, reconheço a existência de uma trama histórica que produziu a travestilidade cristalizada como marginal, perigosa e desviante.

Nesse sentido, proponho compreender como as experiências trans, particularmente as nomeadas enquanto travestis, muitas vezes apresentadas como “comunidade gay”, foram produzidas na mídia impressa campista durante esse período. Além dos jornais, também analiso, como parte dessa história, as narrativas de algumas travestis que participaram da construção do Fórum e da divulgação da Carteira de Trabalho.

Um lugar no campo, um lugar em Campos dos Goytacazes

Ocupando uma posição múltipla, de pesquisador, militante LGBT e talvez ainda de forasteiro em Campos dos Goytacazes, fui afetado pelos os discursos daqueles e daquelas que estavam engajados no “movimento LGBT” a partir de 2010 e, segundo essas falas, o início de qualquer mobilização em torno da temática na cidade aconteceu com a realização da primeira Parada GLBT, em 2006. Portanto, fui levado a pensar que minha contribuição com a Semana da Diversidade LGBT a partir do ano de 2013 era uma grande inovação para a cidade, já que traria o debate que se pretendia qualificado sobre os direitos relacionados aos direitos da população LGBT. Arrogância de principiante, inocência de naïf? O fato é que, mesmo que isto não estivesse colocado de forma explícita, era uma maneira de hierarquizar outras formas de mobilização feita na cidade.

Foi somente a partir do contato com o material do arquivo de Wellington Paes que percebi como aquilo que me parecia tão novo, já era algo tão antigo. Evidentemente essa noção de novidade e antiguidade está relacionada a uma temporalidade circunscrita em um breve período temporal, sobre o qual essa pesquisa lança atenção.

Ao ver cuidadosamente notícias arquivadas por Wellington Paes como relacionadas ao “Homossexualismo, HIV-AIDS, Irmãos da Solidariedade, Fátima Castro”, percebi a prevalência de notícias que davam muito destaque à figura de Fátima Castro e à temática dos HIV-Aids. Uma dessas notícias chamou a minha atenção por seu título: “Ativistas Gays Famosos em Campos para Passeata”; era assim que o jornal *A Cidade* noticiava a ocorrência do I Fórum de Debates dos Sexualmente Discriminados, que fora anunciado com a possível presença de Marta Suplicy e Cláudio Nascimento, mas somente este último de fato participou. Percebia, com isso, o quão importante seria dedicar mais atenção a esta questão e trazer ao registro historiográfico esse tipo de evento.

Histórias não contadas, ou por que esquecer o passado?

Os registros nos jornais demonstravam que dez anos antes da primeira Parada ser realizada em Campos em 2006, outros eventos, como o Fórum dos Sexualmente Discriminados, já haviam causado “escândalo” na cidade em defesa dos “gays”. Na capa de *Monitor Campista*, a chamada da matéria dava destaque: “Fórum reúne a comunidade gay no Município”, e indicava que o Fórum seria um espaço para debates sobre as violências, preconceito e discriminação e em busca da cidadania. Segundo o jornal, esse fórum fazia parte de uma agenda nacional de eventos em defesa da “cidadania dos discriminados”, e parte do evento seria uma passeata pelo Centro da cidade a partir das 11 horas da manhã “com um grupo de transformistas”². No entanto, a assistente social Fátima Castro destacava que o evento seria em função de “um episódio ocorrido no mês de janeiro deste ano [1996], no hospital Ferreira Machado, quando um médico se recusou a atender um homossexual, tratando-o preconceituosamente e desconsiderando seus direitos como cidadão.”³ Importa destacar que neste contexto o uso do termo homossexual poderia se referir tanto ao gay cisgênero quanto à travesti ou transexual. Nesse momento da década de 1990, era comum que os jornais utilizassem as palavras gay e homossexual em uma matéria que tinha como personagens principais sujeitos trans.

² *Monitor Campista* – 02 de março de 1996 – capa

³ *Monitor Campista* – 22 de fevereiro de 1996 – sem página

Nos anos de 1996 e 1997 foram realizados o I e o II Fórum de Debate dos Sexualmente Discriminados⁴. Esse e muitos outros eventos que anunciavam a aproximação com a temática da diversidade sexual e de gênero estavam associados à resposta ao HIV-Aids. Com isto, uma pessoa que teve grande destaque e figurou pelas páginas dos jornais campistas durante toda a década de 1990 e primeira década dos anos 2000 foi a assistente social Fátima Castro; uma mulher cisgênero e heterossexual ganhou esse destaque pois foi a responsável pela criação da Associação Irmãos da Solidariedade⁵, casa de abrigo para as “vítimas” do HIV. Foi ela, também, que criou o Fórum, que em sua programação apresentava um viés claramente ligado à saúde, com foco no combate ao HIV e atenção à saúde das pessoas que estavam convivendo com o vírus e sofrendo com a falta de tratamento adequado. Esses eventos eram uma forma também de mobilização das trans, já que muitas delas, como Chana Carla e Andréa Castro, integravam a rede de Fátima.

O I Fórum de Debate dos Sexualmente discriminados também foi capa de um dos principais jornais da cidade, *Monitor Campista*. Segundo a matéria do jornal que se orgulha de ser “o terceiro jornal mais antigo do país”, o Fórum reuniria a comunidade gay do Município em uma marcha que percorreria as ruas do Centro e o foco seria a luta “contra a violência, o preconceito e a discriminação.” O evento foi anunciado para ocorrer em dois dias, tendo início com a marcha, e continuidade na sede da Associação Irmãos da Solidariedade, em Guarus.

A marcha foi noticiada em outro periódico, *A Cidade*, que destacou o embate com a Igreja Católica, pois a passeata foi realizada na Praça São Salvador, onde está localizada a Catedral da cidade. O evento foi tomado como uma afronta à Igreja Católica, que se posicionava abertamente contra a homossexualidade, por considerar

⁴ Em 1997 foi realizado o II Fórum, e em 2007 o III Fórum, portanto dez anos depois do último evento. Durante o III Fórum a questão do HIV não aparecia com tanta ênfase, como nos anteriores, ficando a temática da homofobia em maior destaque; o que pode ser confirmado com a conferência de abertura “Nos Labirintos da Homofobia”, proferida pelo então superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro, Cláudio Nascimento. O evento mereceu uma pequena nota publicada pelo jornal *O Diário* no dia 23 de junho de 2007.

⁵ Segundo reportagens publicadas nos jornais locais, a Associação Irmãos da Solidariedade é uma das mais antigas do Brasil, tendo surgido num contexto histórico em que foram criadas “diversas organizações não-governamentais de serviços em AIDS (ONGs/AIDS).” (TERTO JÚNIOR., 2002.)

que esses “não herdarão o reino dos céus”⁶. Para marcar a posição da Igreja, Dom Roberto Guimarães publicou uma carta de repúdio ao fórum e à passeata “afirmando que a sexualidade tem que ser reprimida”⁷. Um destaque feito na matéria é que esta seria a III Marcha pela Diversidade realizada no país, e reforçava a grandiosidade do evento indicando que viriam de ativistas de várias partes do Brasil. Embora tenha recebido mais de 150 inscrições para o Fórum, pouco mais de 30 pessoas participaram da passeata, que era uma das atividades da programação.

No domingo, dia 03 de março, o segundo dia de evento, outro jornal da cidade, *Folha da Manhã*, publicou uma matéria de capa que chamava a atenção para o evento, qualificando-o como “Escândalo dos gays; o título acompanhava uma imagem de dois homens se beijando (um branco e um negro), e um pequeno texto que convidava os leitores a conhecerem um pouco da polêmica gerada pelo evento. A legenda da fotografia é ainda mais instigante: “Dois gays se beijam no centro de Campos, durante uma passeata. Segundo eles, pra mostrar que Aids não se pega pela boca.” Mais uma vez as palavras e imagens produzem um texto que não rompe a associação entre Aids e a homossexualidade. Ao enunciar no título da matéria “Aids e homossexualismo em questão”⁸, o jornal cristaliza uma histórica patologização da homossexualidade, dessa vez feita a partir do vírus HIV. A Aids foi narrada e naturalizada como parte da experiência da homossexualidade, bem como da transgeneridade. Embora a presença das trans ocorresse de forma sensível, já que muitas estavam ligadas aos trabalhos de assistência à saúde desenvolvidos por Fátima Castro, os jornais recorreram à categoria “gay” para se referir a uma multiplicidade de experiências dos “sexualmente diversos”.

Com um destaque que privilegia a violência sofrida pelos “sexualmente discriminados”, o Fórum contou com a presença de inúmeras representações de entidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Macaé, além do secretário de Saúde de Campos. Ao longo da matéria há um embaralhamento e imprecisão no emprego dos termos gays e travestis, que são usados como sinônimos, e suas experiências são

⁶ Conforme disse Dom Roberto Gomes Guimarães, bispo de Campos, em virtude da escolha de São Sebastião para ser padroeiro dos homossexuais, segundo pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia. Em: *A Cidade* – 27 de janeiro de 1998 – p. 5

⁷ *Folha da Manhã* – 03 de março de 1996 – p. 6

⁸ *A Cidade* – 05 de março de 1996 – p. 10

forjadas na e pela violência. Esta, inclusive, teria sido uma das motivações para a criação do Fórum. Segundo Fátima Castro:

A ideia do evento surgiu a partir da revolta que a presidente da associação sentiu ao constatar que no mês passado [fevereiro] um travesti, depois de ser agredido na rua e levado em estado grave para o Hospital Ferreira Machado, foi novamente agredido, desta vez, verbalmente, pelo médico plantonista, Dr. Lutero, que se recusou a atender o paciente.⁹

Embora o Fórum fosse descrito como um evento gay, parte considerável das participantes e a motivação do evento se deu a partir de sujeitos trans; as mesmas que estiveram com Fátima Castro em outros eventos e espaços da cidade. Tanto é que uma das palestrantes convidadas foi Jovana Baby¹⁰, “presidente da Associação de Travestis Liberados do Rio de Janeiro” que falou sobre as várias formas violências sofridas pelas travestis, e declarou ao jornal: “(...) os travestis têm mais medo da polícia do que da Aids. A Aids se consegue evitar, mas a violência da polícia é inevitável.” Na continuidade da matéria apresenta-se um comparativo com Campos:

A violência contra os gays, no entanto, não acontece somente no Rio. Em Campos os travestis, a noite, na rua 21 de Abril, ponto da maioria, estão sendo apedrejados por adolescentes e homens de bicicleta, como se fossem bichos. A polícia não ataca como no Rio, mas também não faz nada para reprimir o ato de violência, segundo Carla Sueli, representante dos travestis de Campos.¹¹

A referência às travestis apareceu em momentos específicos em que a matéria tratava da prostituição. Nesse discurso, a produção da subjetividade travesti esteve ligada a um regime de verdade pautado na ideia de prostituição como algo inerente às experiências trans. Isso demarca uma posição de sujeito e uma hierarquia forjadas para as trans: a marginalização, o afastamento em relação ao cotidiano diurno da cidade e, em última instância, a criação de uma subjetividade inventada sob o signo do erótico, do erotizável e do consumo sexual.

⁹ *Folha da Manhã* – 03 de março de 1996 – p. 6

¹⁰ Sobre o surgimento da Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro, consultar o texto de Mário Felipe de Lima Carvalho publicado 35º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu/MG, em 2011: “De ‘doidas e putas’ a ‘respeitáveis militantes – um histórico do movimento de travestis e transexuais no Brasil”. Neste texto Carvalho indica o surgimento da ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro, que aparece como forma de resistência das travestis que sofriam cotidianamente com a violência policial, e estavam ligadas ao universo da prostituição; é também o período de proliferação das políticas de atenção à saúde com um viés mais específico no HIV-Aids.

¹¹ *Folha da Manhã* – 03 de março de 1996 – p. 6

Nos demais momentos das matérias jornalísticas, quando se fala nas Paradas do Orgulho Gay e da Aids de maneira geral, as travestis são qualificadas como se fossem gays. Ao analisar essas matérias percebo um dos caminhos pelos quais as experiências trans, nomeadas como travestis, foram conectadas, reiteradas e inscritas no âmbito da prostituição.

Os dois Fóruns são indiciários da forma como a homossexualidade, e também as travestilidades e transexualidades¹², foram produzidas a partir da década de 1980 com uma dimensão de perigo social em função da Aids. E por isso seria preciso dar atenção à saúde como uma forma de construção da cidadania. No II Fórum, ocorrido em 1997 o tema foi justamente “Saúde e Cidadania”.

Em quase todas as notícias verificadas entre 1990 e 2000 nomeou-se a homossexualidade atrelada ao aumento do índice de infecção pelo HIV, à necessidade de cuidados com essa população e, não raro, as notícias conferiam ainda mais visibilidade à Fátima Castro, que além de responsável pela Associação Irmãos da Solidariedade, era também vista como madrinha dos gays, homenageada em carnavais e festas gays da cidade. Nessas notícias a travestilidade não fora destacada a partir de sua especificidade de gênero; ficando ligada à ideia de que ela seria uma continuidade da homossexualidade. Esse entrelaçamento evidencia que as noções de cisgeneridade e transgeneridade debatidas atualmente não estavam presentes nas abordagens desse período.

Estabelecer uma conexão entre os “sexualmente discriminados” e o vírus não foi uma inovação de Campos. Convém lembrar a reflexão feita por Jeffrey Weeks, que entende a Aids como discursivamente elaborada como uma maldição, um castigo para o corpo que excedeu os limites sexuais. Mais do que uma doença, “ela se tornou uma poderosa metáfora para nossa cultura sexual” (WEEKS, 2010, p. 37). Nesse sentido, a expressão “câncer gay”, que a matéria apresenta em destaque, promove a associação de uma doença, muitas vezes vista como um castigo, cuja causa pode ser desconhecida – que é o câncer –, e uma sexualidade discursivamente elaborada como um erro da natureza, um crime contra as leis de Deus; ou seja, é a maldição em forma de castigo

¹² As especificidades em relação às demandas políticas de direitos e de visibilidade de travestis, transexuais, bissexuais e lésbicas foram construídas ao longo dos anos 80 e, principalmente, na década de 1990. Até então toda essa diversidade que integra a sopa de letrinhas, estudada por Regina Facchini, estava condensada na ideia da homossexualidade.

que deve se abater contra o corpo masculino que não é heterossexual. E, como bem lembra Butler: “Se a homossexualidade é patológica desde o começo, então qualquer doença que os homossexuais podem às vezes contrair será desconfortavelmente associada à doença que eles já são.” (BUTLER, 2008, p. 104). A autora considera que “o discurso que atribui a AIDS à homossexualidade intensifica e consolida” a mesma tradição que “associou o homossexual masculino a uma figura a caminho da morte; a homossexualidade é apresentada como um “impulso de morte.” (BUTLER, 2008, p. 105). E, como lembra Richard Miskolci:

A epidemia é tanto um fato biológico como uma construção social. A aids foi construída culturalmente e houve uma decisão de delimitá-la como DST. Uma epidemia que surge a partir de um vírus, que poderia ter sido pensada como a hepatite B, ou seja, uma doença viral, acabou sendo compreendida como uma doença sexualmente transmissível, quase como um castigo para aqueles que não seguiam a ordem sexual tradicional. (2015, p. 23)

Essa produção de uma população a partir da identificação de um vírus pode ser compreendida como um exercício que Foucault explica como sendo a biopolítica, que tem o poder de fazer viver e de deixar morrer. Enquanto o corpo individual era o alvo dos mecanismos de disciplina, no exercício biopolítico o alvo são as populações, não mais os indivíduos. Portanto: “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (...).” (FOUCAULT, 2005, p. 292-3). No lugar da disciplinarização dos corpos pelas instituições, surgem os mecanismos de regulamentação das condutas das populações que é empreendido pelo Estado (FOUCAULT, 2005, p. 298), produzindo-se um jogo duplo cujo objetivo é o controle e a normalização.

Guacira Lopes Louro reitera a compreensão da emergência da Aids nos anos de 1980 e sua associação à homossexualidade masculina, ilustrada na ideia do “câncer gay” e daí um reflorescimento da homofobia. Como elemento formador desse quadro histórico das experiências homossexuais, Louro destaca que:

A política de identidade homossexual estava em crise, e revelava suas fraturas e insuficiências. Gradativamente, surgiram, pois, proposições e formulações teóricas pós-identitárias. É precisamente dentro desse quadro que a afirmação de uma política e de uma teoria queer precisa ser pensada e compreendida. (2004, p. 38)

Lembrando a historicidade do movimento homossexual no Brasil, que na década de 1970 era branco, masculino e elitista (e cisgênero), privilegiando a adoção de um padrão heterossexual como norma, Louro pontua que o próprio movimento ligado às minorias sexuais atua na produção de regras e padrões de comportamento, pois:

O discurso político e teórico que produz a representação “positiva” da homossexualidade também exerce, é claro, um efeito regulador e disciplinador. Ao afirmar uma posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições. (2004, p. 33)

Uma das ressonâncias deste tipo de configuração é, sem dúvida, o afastamento das experiências trans, que só começaram a ganhar espaço na segunda metade da década de 1980, pois foi neste período que surgiu “a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo”, a ASTRAL, criada como fruto de “um projeto de prevenção de DSTs e Aids” (CARVALHO, 2011, p. 26-7).

Conforme as análises desenvolvidas na pesquisa *Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes (1990-2017)* (SANTOS, 2018), verifica-se, em Campos dos Goytacazes, a emergência de muitas redes de afeto e cuidado como forma de enfrentamento aos efeitos da epidemia. Na prática, pode-se dizer que as amigas travestis e gays estavam morrendo e quem oferecia assistência básica de saúde, tanto material quanto afetiva, eram as amigas e amigos. Desse modo, penso que a Aids funcionou como um dispositivo para a formação de redes de solidariedade e estabelecimento de vínculos mais fortes. Em Campos dos Goytacazes a Associação Irmãos da Solidariedade foi o espaço físico que tornou possível muitos desses encontros. Chana Carla lembra que trabalhava na Associação quando conseguiu a permissão para a realização da entrega do prêmio “Nossa Gente é um Talento”.

E aí eu tava aqui com a Fátima, né?! Fátima também com a garra dela, e graças a ela também, eu falei: Fátima, agora eu quero o Trianon. A Fátima: “Bicha, você tá louca, né?! Você tá sonhando muito não, Chana?!”. (...) Eu falei: Irmã!, falei com Fátima. Falei: Fátima, eu consegui o Trianon. Ela falou assim: “Cê tá brincando, tá brincando bicha!”, aquele jeito dela, né?! “Tá brincando, bicha! Não acredito... Trianon! Você no Trianon!” Eu falei: pois é, querida, agora você vai ter que me engolir...vai ter que me engolir, porque vamos pro Trianon, agora nós vamos pro Trianon, e agora eu vou fazer a vida, eu vou fazer a sua via no Trianon. (Chana Carla, 06/05/2016)

O Fórum dos Sexualmente Discriminados, o Prêmio Nossa Gente é um Talento, a criação de uma Careira Profissional para Travestis e outros eventos na cidade só foram possíveis a partir da existência dessa rede de contatos, afetos e amizades forjadas nesse tempo histórico do final dos anos 80 e início dos 90.

Carteira de trabalho ou controle biopolítico?

Em 14 de outubro de 1997 na *Folha da Manhã* publicou-se uma matéria “Travestis terão carteira para trabalho”. Por iniciativa de Fátima Castro, houve o lançamento da “Carteira de Saúde e Ação Social” destinada para travestis, que foi descrita no jornal como “(...) um guia de saúde e cidadania e atestará a idoneidade desses profissionais, instruindo-os sobre seus direitos e informando-os sobre o que é considerado crime dentro dessa profissão.”¹³

A palavra “travestis” foi usada como sinônimo de uma ocupação ou uma profissão ligada ao comércio sexual. Isso produzia um efeito de estigma de marginalização que é datado e contribui para a criação de um lugar de abjeção. Jaqueline Gomes de Jesus lembra que até 2011, a Classificação Brasileira de Ocupações considerava “Travesti” e “Transexual” como um dos sinônimos possíveis para as e os “Profissionais do Sexo”. (2014, p. 106-7)

Portanto, essa associação é parte de um repertório em que as experiências trans, nomeadamente as travestis, são associadas à criminalidade, marginalidade entre outras abjeções, é um movimento identificado por Elias Veras (2017, p. 152) como parte integrante do dispositivo do estigma que permeou o universo trans na década de 1980, também é algo que marca as experiências trans hoje. As fronteiras identitárias dos sujeitos trans ficam mais rígidas; o lugar ocupado pela transexualidade, pela travestilidade ou transgeneridade tem sido moldado por meio de um dado repertório histórico que localiza, inscreve e marca a travestilidade como lugar dos perigos múltiplos, da incerteza, do disfarce e da desconfiança.

Embora houvesse o argumento de que a carteira de trabalho pudesse proteger as travestis das agressões policiais; evidencia-se a cristalização da travestilidade como

¹³ *A Cidade* – 14 de outubro de 1997 – p. 5

ligada à prostituição e igualmente instituía o controle sobre o corpo que poderia escapar e provocar fissuras nas normas e regulações sociais. Esse processo de normatização seria feito a partir de um protocolo rígido de controle e da saúde e das condutas de cada travesti, para que pudesse ter a referida carteira. Sob o argumento de que seria preciso fazer uma triagem que atestaria a idoneidade da travesti, vários procedimentos seriam feitos. Segundo notícia publicada no dia 30 do mesmo mês:

Para ter direito ao documento, os interessados passarão por uma triagem, com psicólogos e assistentes sociais da Associação, além de serem feitas visitas domiciliares, sindicância policial e levantamento no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).¹⁴

A gestão da vida das travestis estava em curso para se produzir uma subjetividade limpa, higienizada e aceitável socialmente, já que atestada por uma instituição governamental: o Ministério da Saúde. Ainda seria complementada por um exercício de gestão de seu comportamento pois:

A validade da carteira é de seis meses, podendo ser renovada ou não, o que vai depender do comportamento de quem a usa. Segundo Cláudio Nascimento, o documento possibilita ao portador que reivindique seus direitos, em caso de violência ou discriminação. E ainda é uma maneira da Associação ter um controle de quantos (sic) pessoas estão nas ruas.¹⁵

Este tipo de controle sobre as vidas e os corpos de pessoas que se dedicam ao exercício da prostituição não é novidade. Na literatura conhecida sobre a prostituição de mulheres e travestis diversas autoras e autores (ENGEL, 2004; RAGO, 2008; PELÚCIO, 2009) já encontraram este tipo de intervenção médica, no Brasil e no exterior; seria uma forma de garantir com que “os marginais” estivessem sob controle e não causassem males à “sociedade de bem”. Com ar de modernidade e uma roupagem de conquista de direitos a carteira seria uma forma de reiterar e recriar este exercício biopolítico de controle sobre os corpos ditos desviantes, sobre as sexualidades dissidentes e contribuiriam para a criação de uma forma de ser trans possível e aceitável. Ademais, como o controle da emissão das carteiras seria feito a partir de um grupo específico, ter-se-ia a possibilidade de instituir uma hierarquização das que tinham e das que não tinham a carteira.

¹⁴ *Folha da Manhã* – 30 de outubro de 1997 – p. 6

¹⁵ *Folha da Manhã* – 30 de outubro de 1997 – p. 6

Não se trata de uma exclusão, trata-se de uma quarentena. Não se trata de expulsar, trata-se ao contrário de estabelecer, fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças, e presenças controladas. Não rejeição, mas inclusão. (FOUCAULT, 2002, p. 57)

A proposta de emissão de Carteiras de Trabalho para travestis que “fazem a vida” no Centro da cidade pode ser lida sob essa chave interpretativa de criação de uma presença controlada, de uma inclusão de sujeitos historicamente marginalizados, excluídos, segregados. Ao criar essa inclusão, há um controle sobre elas, sobre suas ações, sua movimentação na cidade; os horários e locais que elas ocupariam legitimamente na cidade são demarcados, “assegurados” por esse documento definidor dos lugares de presença. O que está em jogo, portanto, é um processo de regulamentação da sexualidade e de acordo com Foucault: “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação.” (FOUCAULT, 2005, p. 300)

A carteira profissional surgira e ganhava visibilidade na imprensa local por meio da mesma rede já citada daquelas que estiveram presentes no Fórum dos Sexualmente Discriminados, na Associação Irmãos da Solidariedade e no Prêmio Nossa Gente é um Talento, ou seja, diversas circunstâncias históricas tornaram possível a existência de um modo de ser trans em Campos dos Goytacazes. E, como se nota, embora com transformações e talvez com novos sentidos, essa rede continua a existir.

O jornal *A Cidade* publicou uma matéria em 02 de novembro de 1997: “Violência contra gays aumenta: assassinatos de homossexuais no Brasil chega a cerca de 1.500 nos últimos dez anos em consequência da discriminação”. Diferentemente do jornal anterior que usou “Travestis” para falar da violência específica sofrida no contexto da prostituição, nesta matéria a opção é pelo uso genérico de “Gays” para falar da violência sofrida pelas travestis:

Figura 11: Violência contra gays aumenta.



Fonte: *A Cidade*, 02 de novembro de 1997, capa.

Na foto que compõe a reportagem estão presentes (da esquerda para a direita): Cláudio Nascimento, Fátima Castro, e as quatro pessoas trans. Todas as quatro trans da imagem são brancas, com cabelos longos e roupas que compõem a ideia de uma feminilidade bem-comportada, talvez como uma forma de conferir maior seriedade ao acontecimento, reiterando o aspecto profissional da prostituição. Esta imagem é muito significativa para pensar a formação de uma rede entre as trans da cidade e que passaria pela figura de Fátima. Andréa foi uma das primeiras internas da Associação. Chana trabalhou na Associação e destacou-se como produtora cultural da cidade, realizando a entrega de um prêmio jornalístico no principal teatro de Campos. Já Carla Stone ganhou notoriedade ao ser eleita a Musa do I Fórum dos Sexualmente Discriminados, em 1996.

A leitura desta reportagem e de muitas outras que trataram do tema demonstram como todos esses discursos são datados e assim merecem ser lidos, ou seja, fazem parte de um repertório de construção das experiências trans, na década de 1990. Neste

momento histórico, em que o movimento trans começava a se organizar em diversas regiões do país, não havia, ainda, uma demanda pelo uso do gênero feminino para se referir às travestis, assim, em todas as matérias lidas usava-se o gênero masculino, portanto o travesti. Ademais, a diferenciação de identidade de gênero e sexualidade não era uma preocupação, ao menos dos jornalistas que escreviam as matérias. As experiências trans, que hoje em dia são nomeadas a partir de uma profusão discursiva, estavam restritas à noção de homossexualidade. Embora já existisse o termo travesti, e a reivindicação dessa identidade presente no discurso de muitas militantes e entidades organizadas em diversas partes do Brasil, em Campos dos Goytacazes, esse efeito não foi sentido ou, ao menos, não foi reconhecido e potencialidade pela mídia impressa.

Considerações finais: para não esquecermos o passado e pensá-lo sob outro prisma

Como busquei demonstrar nas páginas anteriores, houve em Campos dos Goytacazes uma profusão de formas de ser trans; uma dinâmica constante de invenção de si mesma por meio da prostituição ou fora dela, pela proximidade com o HIV, pelos cuidados com o corpo, a saúde e as apresentações de si para a sociedade. Esses procedimentos para criar a si mesmo, entretanto, nunca foram vividos isoladamente; não é possível criar-se a si mesmo como um exercício solitário e egoísta. É preciso ter amigas e amigos.

Ademais, é preciso registrar que as formas de nomear instituídas nos e pelos jornais atuam em, ao menos, dois sentidos: a invisibilização das experiências e existências trans enquanto sujeitos políticos capazes de se engajar em movimentos sociais reivindicativos; e na cristalização da travestilidade como uma experiência marcada na e pela prostituição.

Assim, não se pode esquecer o passado, pois seus efeitos ainda ressoam nos dias presentes. E é possível reescrever essas histórias, identificar os sujeitos que as constituíram e conferir-lhes a devida importância. Talvez não consigamos apagar o signo da infâmia que constituiu determinadas subjetividades, mas certamente é desejável entender a maquinaria de poder que forjou essas engrenagens, reconhecer que a cisheteronormatividade é parte dessa tecnologia e com isso desmontá-la aos poucos.

Referências bibliográficas

BUTLER, Judith. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel C. Ficher (org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção Estudos Foucaultianos)

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. In: *História Agora*, v. 16, p. 101-123, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. rev. e ampl., Belo Horizonte: Autêntica/UFOP, 2015. (Série Cadernos da Diversidade, 6)

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2. ed., revista e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PELÚCIO, Larissa M. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*. 2018. 341 p Tese de Doutorado. (Doutorado em História, Relações de Poder, Linguagens e História

Intelectual). Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

TERTO JÚNIOR., Veriano de Souza. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. In: *Horizontes antropológicos*. vol.8 no.17: Porto Alegre, junho de 2002.)

VERAS, Elias Ferreira. *Travestis: carne, tinta e papel*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 3. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2010.